

HUGO NIGRO MAZZILLI

Professor Emérito da Escola Superior
do Ministério Público de São Paulo

Regime Jurídico do Ministério Público

Análise do Ministério Público na Constituição,
na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,
na Lei Orgânica do Ministério Público da União e
na Lei Orgânica do Ministério Público paulista.



8ª edição
revista, ampliada e atualizada
2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curio
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Paloma Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)
Flavia Gutterres Falcão de Oliveira

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
Cecília Deus
Simone Silberschmidt

Produção editorial William Rezende Paiva
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Gráfica Ideal
Acabamento Gráfica Ideal

ISBN 978-85-02-22590-9

Mozzilli, Hugo Nigro

Regime jurídico do Ministério Público : análise do Ministério Público na Constituição, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Lei Orgânica do Ministério Público da União e na Lei Orgânica do Ministério Público paulista / Hugo Nigro Mozzilli. — 8. ed. rev., ampl. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Ministério Público - Leis e legislação - Brasil I.
Título.

CDU-347.963(81)(094)

Índices por catálogo sistemática:

1. Brasil : Leis : Ministério Público : Direito processual 347.963(81)(094)
2. Leis : Ministério Público : Brasil : Direito Processual 347.963(81)(094)
3. Lei Orgânica do Ministério Público : Brasil : Direito processual 347.963(81)(094)

Data de fechamento da edição: 16-5-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem o prévio autorização do Editor: Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

109.434.008.001	965303
-----------------	--------

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	11
<i>Nota à 8ª edição</i>	15
<i>Siglas e abreviaturas</i>	19

CAPÍTULO 1

ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Perfil constitucional	35
2. Raízes remotas	37
3. Origem mais mencionada	38
4. Origens lusitanas do Ministério Público brasileiro	40
5. Conclusão sobre as origens da instituição	42
6. Origem da expressão “Ministério Público”	44

CAPÍTULO 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

1. Do Brasil-Colônia aos nossos dias	47
2. O Ministério Público nas Constituições anteriores	51
3. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.....	54
4. A Lei Orgânica do Ministério Público da União	56

5.	O Ministério Público paulista.....	56
----	------------------------------------	----

CAPÍTULO 3

VISÃO CRÍTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.	A formação profissional do promotor de Justiça	61
2.	O recrutamento do promotor de Justiça	63
3.	Campo de atuação do Ministério Público	67
4.	As primeiras dificuldades do promotor de Justiça.....	69
5.	Destinação institucional.....	76
6.	A presença social do Ministério Público	77
7.	O Ministério Público e a ética	83
	a) Os deveres, as proibições e os impedimentos	85
	b) Os preceitos éticos	88

CAPÍTULO 4

TRABALHOS PREPARATÓRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.	Origens próximas do texto constitucional de 1988.....	91
2.	Antecedentes da <i>Carta de Curitiba</i>	92
	a) O VI Congresso Nacional do Ministério Público	93
	b) A pesquisa da Conamp	93
	c) O Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais	94
3.	A Carta de Curitiba.....	95

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DO TEXTO CONSTITUCIONAL

1.	Visão geral.....	108
2.	Posicionamento constitucional.....	112
3.	Dispositivos comuns	116
4.	Conceito.....	116
	a) Instituição permanente de caráter nacional	117
	b) Zelo das principais formas de interesse público	118
	c) O Ministério Público e a função jurisdicional	120
	d) A defesa da ordem jurídica	122
	e) Ministério Público e democracia	123
	f) Defesa dos interesses indisponíveis	127

5.	Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência	128
	a) Generalidades.....	128
	b) Os limites da independência funcional	135
	c) A atuação uniforme da instituição	142
6.	O princípio do promotor natural e as designações do procurador-geral.....	150
	a) O promotor natural.....	150
	b) O poder de designar.....	156
	c) A recusa do designado.....	161
	d) Controvérsias sobre as diligências no inquérito policial....	163
7.	Hierarquia e independência	172
8.	Unidade e indivisibilidade do Ministério Público diante da incompetência do juízo	174
9.	Autonomia institucional.....	175
	a) A autonomia funcional da instituição.....	179
	b) Autonomia administrativa e financeira	180
	c) A executoriedade dos atos.....	187
	d) Iniciativa do processo legislativo.....	188
10.	Os vários Ministérios Públicos	191
	a) Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados	194
	b) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	194
	c) Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar.....	197
11.	O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	198
12.	O procurador-geral da República.....	204
	a) Quem pode ser procurador-geral da República.....	208
	b) Destituição do procurador-geral da República.....	212
	c) Substituição do procurador-geral da República	214
13.	Os demais procuradores-gerais.....	214
	a) A investidura.....	214
	b) A vacância do cargo	220
	c) A destituição	223
	d) Substituição	227
	e) Apreciação conclusiva.....	229
14.	Litisconsórcio de Ministérios Públicos.....	229
15.	Organização, atribuições e estatuto.....	234
16.	Garantias e prerrogativas	237
	a) Independência funcional, inamovibilidade e promotor natural	242
	b) Vitaliciedade e perda do cargo	250
	c) Irredutibilidade de subsídios.....	262
	d) A questão do teto remuneratório	264
	e) Foro por prerrogativa de função	266

f) Promoção	276
g) Aposentadoria	278
h) Direitos previdenciários	280
i) Responsabilidade.....	282
17. Vedações	282
a) Generalidades.....	282
b) Recebimento de honorários ou custas	284
c) Exercício da advocacia.....	286
d) Participação em sociedade comercial	287
e) Outra função pública.....	289
f) Atividade político-partidária	297
g) Recebimento de auxílios ou contribuições	302
h) Exercício posterior da advocacia	303
i) A chamada Lei da Mordada	304
j) Sanções por medida provisória	305
k) Impedimento e suspeição	312
l) Sanções aos membros do Ministério Público	312
18. Crítica ao sistema atual de garantias e vedações.....	313
a) Escolha do procurador-geral	313
b) Inamovibilidade.....	316
c) Irredutibilidade de subsídios.....	316
d) Vedações.....	318
e) A redução de garantias pelo poder constituinte derivado ...	319
19. A opção pelo regime anterior	326
20. Isonomia de subsídios	331
a) Generalidades.....	331
b) Cargos.....	338
c) Agentes	338
d) Funções	339
e) Atributos gerais.....	340
21. Funções típicas	343
22. Funções atípicas.....	344
23. Objetivo comum nas funções típicas e atípicas	349
a) Generalidades.....	349
b) O Ministério Público é parte imparcial?	352
24. Funções privativas e concorrentes e instrumentos de atuação funcional	358
a) Ação penal pública	359
b) O defensor do povo.....	373
c) A promoção da ação civil pública e do inquérito civil.....	376
d) Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva.....	386
e) Defesa dos interesses das populações indígenas	392
f) Notificações e requisições	394
g) Acesso a informações sigilosas	400
h) Controle externo da atividade policial	403

i) Norma de encerramento	409
j) Legitimação concorrente	410
k) Distribuição de processos	410
25. Vedação de promotor <i>ad hoc</i>	411
26. Residência na comarca	412
27. Concurso de ingresso	413
28. A representação da Fazenda	417
29. Dispositivos extravagantes	418
30. O chamado quinto constitucional	420
31. O Conselho Nacional do Ministério Público	422
32. As Ouvidorias do Ministério Público	428
33. A legislação sobre o Ministério Público	429
34. Conclusão	430

CAPÍTULO 6

A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	432
a) Antecedentes legislativos	432
b) A natureza jurídica da LONMP	433
c) Consequências da Lei n. 8.625/93	443
2. Conceituação de Ministério Público	445
3. Disposições gerais da Lei n. 8.625/93	446
4. Órgãos do Ministério Público	447
5. Órgãos de administração	451
a) A Procuradoria-Geral de Justiça	451
b) O Colégio de Procuradores de Justiça	460
c) O Conselho Superior do Ministério Público	462
d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público	464
e) As Procuradorias e as Promotorias de Justiça	465
6. Órgãos de execução	470
a) Atribuições comuns	470
b) O procurador-geral de Justiça	471
c) O Colégio de Procuradores de Justiça	474
d) O Conselho Superior do Ministério Público	475
e) Os procuradores de Justiça	476
f) Os promotores de Justiça	483
g) Os atos executórios	487

7.	Órgãos auxiliares	487
	a) Os centros de apoio operacional	488
	b) A comissão de concurso de ingresso	489
	c) O centro de estudos e aperfeiçoamento funcional	490
8.	Atividades auxiliares	491
	a) As atividades de apoio administrativo	491
	b) Os estagiários	491
	c) A Comissão Processante Permanente	494
9.	Pluralidade de membros no mesmo feito	494
	a) A posição clássica	494
	b) Insuficiência da solução clássica	495
	c) As atribuições previstas na legislação estadual	496
	d) Um único membro no processo ou procedimento	498
	e) A curadoria especial do réu ausente	500
	f) Critérios para a solução dos conflitos	501
10.	Foro por prerrogativa de função	502
11.	Demais garantias e prerrogativas	506
12.	Deveres	512
13.	Faltas e penalidades	514
	a) Infrações disciplinares	514
	b) Sanções disciplinares	516
	c) As penas em espécie	518
	d) A remoção compulsória	519
	e) Critérios para aplicar a pena	520
	f) A prescrição das infrações disciplinares	520
	g) A disponibilidade	524
	h) O procedimento disciplinar de ofício	525
14.	Responsabilidade penal, civil, administrativa e política	526
15.	Processo administrativo	526
16.	Subsídios, vantagens e direitos	530
17.	Contagem de tempo de serviço	532
18.	O direito a férias	532
19.	Os atos praticados nas férias	534
20.	Afastamentos do cargo	536
21.	A carreira	540
22.	Defesa da União e consultoria das entidades públicas	555
23.	Justiça Eleitoral	557
24.	Justiça Militar Estadual	562
25.	Atuação junto aos Tribunais de Contas	563
26.	Proibição de promotor <i>ad hoc</i>	564
27.	Promoção direta de diligências	568
28.	Conflitos de atribuições	569

29. Dia do Ministério Público	575
30. Os vetos.....	576
31. Impedimento e suspeição.....	577

CAPÍTULO 7

A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1. O Ministério Público da União.....	585
2. As atribuições do Ministério Público na LC n. 75/93	588
3. Órgãos do Ministério Público da União	600
4. Órgãos do Ministério Público Federal	600
a) A chefia do Ministério Público Federal.....	600
b) O Colégio de Procuradores da República	601
c) O Conselho Superior do Ministério Público Federal	601
d) As Câmaras de Coordenação e Revisão	602
e) A Corregedoria do Ministério Público Federal	602
f) Os subprocuradores-gerais da República	602
g) Os procuradores regionais da República	603
h) Os procuradores da República	603
i) As funções eleitorais do Ministério Público Federal.....	603
5. Os outros ramos do Ministério Público da União	604
a) A organização do Ministério Público do Trabalho.....	604
b) A organização do Ministério Público Militar.....	606
c) A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	607

CAPÍTULO 8

A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

1. Antecedentes legislativos	609
2. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público	615
3. Os poderes do procurador-geral	618
4. Organização e estatuto do Ministério Público	623
5. A carreira do Ministério Público paulista	624
6. Deveres e vedações.....	625
7. Infrações disciplinares	626
8. Direitos	626

9.	Garantias e prerrogativas	626
10.	Regime disciplinar	627
11.	Penalidades administrativas	628
12.	Processo disciplinar	629
13.	Disposições finais e transitórias	630

CAPÍTULO 9

ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL

1.	O processo penal em geral	631
2.	O inquérito policial.....	632
	a) O controle externo da atividade policial.....	632
	b) O promotor que investiga os fatos	632
	c) O arquivamento do inquérito policial nos tribunais	633
	d) A constitucionalidade do arquivamento de inquéritos	633
3.	O Ministério Público é parte no processo penal	634
4.	<i>A parte imparcial</i>	635
5.	Atribuições do promotor de Justiça criminal.....	636
6.	Recomendações diversas	637
7.	O princípio da titularidade da ação penal	638
8.	A ação penal subsidiária.....	639
9.	O processo acusatório	639
10.	O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	639
11.	Ação penal dependente de representação.....	641
12.	A ação penal pública incondicionada	641
13.	O arquivamento de inquérito em caso de legítima defesa.....	642
14.	Promotorias especializadas	643
15.	Algumas cautelas nos juizados especiais criminais	644

CAPÍTULO 10

ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

1.	O processo civil em geral.....	645
2.	A obrigatoriedade da ação civil pública	647
3.	A não propositura da ação civil pública	648
4.	O Ministério Público parte e fiscal da lei	648
5.	A obrigatoriedade de assumir a ação	649

6.	A desistência pelo Ministério Público	649
7.	Desistência e renúncia do recurso.....	649
8.	A transação	649
9.	A obrigatoriedade da execução.....	650
10.	Atuação interventiva.....	651
11.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	651
12.	Limites da atuação vinculada	652
13.	Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte	652
14.	Hipóteses de intervenção protetiva	653
15.	Promotoria de Justiça cível	653
16.	Promotoria de Justiça de falências.....	654
17.	Promotoria de Justiça de acidentes do trabalho	655
18.	Promotoria de Justiça de família	655
19.	Promotoria de Justiça da infância e da juventude	656
20.	Promotoria de Justiça de registros públicos	656
21.	Promotoria de Justiça do meio ambiente	657
22.	Promotoria de Justiça do consumidor	658
23.	Promotoria de Justiça de mandados de segurança	658
24.	Promotoria de Justiça do patrimônio público e social	659
25.	Promotoria de Justiça de habitação e urbanismo	660
26.	Promotoria de Justiça de direitos humanos.....	660
27.	Promotoria de Justiça de repressão à sonegação fiscal.....	661

CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE DO

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.	A responsabilidade dos agentes públicos	663
2.	A responsabilidade do membro do Ministério Público.....	666
3.	A atividade opinativa.....	671
4.	A questão da responsabilidade por culpa.....	671
5.	A ação de responsabilidade civil	672
6.	A denúncia da lide	674
7.	A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória	675
8.	Responsabilidade política	678

9. Litigância de má-fé	681
10. Considerações finais e conclusões.....	683
<i>Bibliografia específica</i>	685
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	699